

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SAQUAREMA**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024
PROCESSO Nº 14.202/2023**

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (“UP BRASIL”), sociedade empresária com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj. 51, sala 1, Jardim Paulistano – São Paulo/SP, CEP 01451-914, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 02.959.392/0001-46, com endereço eletrônico licitacoes@upbrasil.com, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO supra, a ser realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, por meio de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**, com sede à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro – Saquarema/RJ, CEP 28990-7560, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 32.147.670/0001-21, com endereço eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br, pelos seguintes motivos.

1. DOS FATOS

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA** tornou público o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024**, que tem como objeto a:

“escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional” (Subitem 2.1 do Edital)

A participação no referido certame está designada para ocorrer no dia **05.09.2024**, às 13h00, por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal, sob endereço eletrônico www.gov.br/compras, momento em que terá início a sessão pública para abertura das propostas e a consequente disputa de lances. Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo *“Maior Desconto por Item”*.

No entanto, a ora IMPUGNANTE considera que a licitação em referência está pautada em condições excessivas e despropositadas para execução contratual pela futura adjudicatária, além de demandar desmedidos encargos para viabilização do objeto.

Os mencionados requisitos do Edital que conflitam com o atual regramento das normas de regência e que maculam a lisura do certame público, estão relacionadas com:

I – a vedação de taxa de administração praticada junto a rede de estabelecimentos comerciais credenciados,
prevista no **Subitem 3.6 do Termo de Referência**; e

II – A interoperabilidade entre os arranjos de pagamentos aberto e fechado, prevista no Subitem 4.1.7 do Termo de Referência.

Assim, não restou alternativa à IMPUGNANTE, senão apresentar IMPUGNAÇÃO ao Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024**, para que sejam revistas e reformuladas as previsões acima pontuadas que inevitavelmente restringirão o ingresso de potenciais proponentes por congregação de exigências excessivas e desarrazoadas para execução contratual pela futura adjudicatária, em conformidade com as razões a seguir aduzidas.

2. DA VEDAÇÃO DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PRATICADA JUNTO A REDE CREDENCIADA

A primeira exigência que estaria a prejudicar a competitividade da licitação está relacionada com a **vedação de taxa de administração praticada junto a rede de estabelecimentos comerciais credenciados**, cerceando, por conseguinte, a livre concorrência e ferindo a dinâmica de mercado com a remuneração incidente, conforme se depreende do **Subitem 3.6 do Termo de Referência**:

*“3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, **será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação.**” (grifos nossos)*

Note-se que o Edital, ao vedar a aplicação de taxa de administração junto a rede de estabelecimentos credenciados das licitantes,

acaba por engessar a remuneração advinda da livre prática de mercado que é necessária para a própria efetividade e manutenção da prestação dos serviços.

Isso porque, em razão da natureza dos serviços a serem fornecidos para a egrégia municipalidade de Saquarema, a futura contratada deverá dispor diversos estabelecimentos comerciais¹, distribuídos por toda a base territorial do município, para possibilitar o regular consumo de alimentos – por meio de cartões eletrônicos – para todos os servidores públicos.

Assim, por possuir estes convênios com pontos comerciais, a licitante assume a obrigação de reembolsar todas as vendas que os respectivos estabelecimentos aderentes realizarem com os cartões sob sua bandeira.

Por esta razão, a prática de mercado convencionada, desde que não abusiva, a livre fixação de taxa de administração entre a operadora dos cartões com os estabelecimentos que lhe são conveniados, justamente para possibilitar uma eficaz gestão das transações (*dotadas de tecnologia e sistemas de segurança*) e administração da própria regularidade dos reembolsos.

Em via transversa, como o Edital impede a fixação de taxa de administração junto a rede credenciada, a remuneração da contratada ficará adstrita unicamente à taxa firmada com o órgão contratante, a qual não pode ultrapassar 5,00%, o que impactará diretamente nos custos envolvidos em toda a operação de gestão dos cartões.

Atente-se que a operadora dos cartões tem a obrigação de manter toda a sua rede credenciada ativa sem qualquer inconveniente para os

¹ “Considerando a extensão territorial do Município de Saquarema, que é de 352,130 km², e a densidade demográfica registrada no Censo 2022 do IBGE, de 254,34 habitantes por km², a empresa deverá fornecer e garantir, ao longo da vigência contratual, uma rede credenciada composta por no mínimo 50 (cinquenta) estabelecimentos comerciais situados no Município.” **Subitem 4.2.3 do Termo de Referência**

servidores municipais, razão pela qual ela precisa de liberdade comercial para ajustar o ciclo de pagamentos junto aos seus pontos conveniados.

Ou seja, caso fosse permitida pelo Edital a convenção de taxa de administração na rede credenciada, as licitantes teriam maior flexibilidade na composição dos custos envolvidos para ofertarem menores preços em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**, o que inegavelmente fomentaria a disputa do certame com economicidade para a própria Administração Pública.

Nesse contexto, se faz prudente consignar que a prática de taxa de administração não encontra qualquer óbice nas normas do segmento de “vales-convênios” e tampouco na legislação de processos licitatórios, uma vez que ela não se reveste de vantagens espúrias ou em caráter ardiloso para beneficiar uma ou outra licitante.

Muito pelo contrário, a taxa de administração é inerente à própria natureza dos serviços a serem contratados (*fornecimento de cartões para serem utilizados em estabelecimentos comerciais*), sendo certo que sua proibição interfere nas relações jurídicas de direito privado – pactuadas entre operadoras com os estabelecimentos conveniados – e ofende os reflexos da livre concorrência de mercado com infringência da ordem econômica que deveria estar assegurada pelo município contratante, nos termos do **art. 170, IV, da Constituição Federal**.

Com efeito, ao impedir a convenção de taxa de administração entre as licitantes com sua própria rede credenciada a ser tratada entre a futura contratada com o órgão licitante, inegavelmente o edital vai além de sua finalidade ao ditar regras de mercado com interferência na relação privada de particulares que não lhe compete.

Corroborando tais assertivas, é posicionamento entabulado pelo colendo **TRIBUNAL DE CONTAS /SP** ao asseverar que não compete à Administração interferir na relação firmada entre a contratada com os estabelecimentos credenciados, a exemplo do excerto do julgamento, sob **processo nº TC-040780/026/10**, que segue abaixo colacionado:

“No entanto, analisando de forma mais acentuada, já que a dilação probatória e a suspensão do certame me permitiram esta reflexão no presente caso – entendo que tanto o repasse de 2% como também a limitação da taxa de administração, ainda que direcionadas à vencedora, merecem reparos, pelos seguintes motivos: a primeira, porque carece de amparo legal, e a segunda por ser questão atinente à relação entre a contratada e os credenciados, não me parecendo apropriado a interferência do órgão licitante neste vínculo, impondo limites naquela fixação.” (grifos nossos)

Desse modo, para que o instrumento convocatório não congreve exigência restritiva de participação com notada ingerência nos contratos privados de convênios das licitantes, se faz necessária, como medida de rigor, a readaptação do **Subitem 3.6 do Termo de Referência** para que seja permitida a livre convenção de taxa de administração entre os particulares com os estabelecimentos comerciais que lhe são credenciados.

3. DA AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO LEGAL PARA SE OPERAR A INTEROPERABILIDADE ENTRE OS ARRANJOS DE PAGAMENTO ABERTO E FECHADO

Com o advento do **DECRETO Nº 10.854/21** e da **LEI Nº 14.442/2022**, que trouxeram inovações e modificações no setor de vales-convênios *(que é justamente o objeto do presente credenciamento)*, uma das alterações promovidas no segmento está relacionada à interoperabilidade entre os arranjos de pagamento aberto e fechado com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais.

Com base em indigitadas disposições legais, o instrumento convocatório está justamente exigindo a **interoperabilidade entre os arranjos de pagamento**, conforme estabelece o **Subitem 4.1.7 do Termo de Referência**:

*“4.1.7. A operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, **devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos**, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais.”* (grifos nossos)

No entanto, exatamente para que a interoperabilidade pudesse ser regulamentada no setor, diante de seu ineditismo operacional, a **LEI Nº 14.442/2022** inicialmente estabeleceu que sua implementação no mercado seria iniciada a partir de **1º de maio de 2023**, conforme constou em seu **art. 5º**:

“Art. 5º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

‘Art. 1º-A. Os serviços de pagamentos de alimentação contratados para execução dos programas de alimentação de que trata esta Lei observarão o seguinte:

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2023;

II - a portabilidade gratuita do serviço, mediante solicitação expressa do trabalhador, além de outras normas fixadas em decreto do Poder Executivo, a partir de 1º de maio de 2023;

III - (VETADO).” (grifos nossos)

Contudo, diante da complexidade que a interoperabilidade impõe às gestoras dos cartões, em especial por envolver o compartilhamento – por sistema – da rede credenciada de estabelecimentos comerciais, e sem tempo hábil para tal implementação, o Governo Federal editou a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173/23** prorrogando em 1 (um) ano o prazo, ou seja, para início na data **01 de maio de 2024**.

Ainda que se argumente que a mencionada MP perdeu sua validade no dia 28.08.2023 por não ter sido votada dentro do interregno legal pelo Congresso Nacional, fato é que o Governo Federal publicou o **DECRETO Nº 11.678/23** (alterando algumas disposições do já mencionado **DECRETO Nº 10.854/21**) para estabelecer que compete ao **CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN** a competência para disciplinar a matéria, nos termos de seu **art. 182-A**:

“Art. 182-A. Os arranjos de pagamento referidos neste Capítulo observarão normas previstas na regulamentação específica, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional -

CMN, nos termos do § 4º do art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.” (grifos nossos)

Nesse contexto legal em que ainda não foi regulamentada a operacionalização da interoperabilidade entre os arranjos de pagamento pelo **CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN**, notadamente para traçar as regras técnicas de como o compartilhamento da rede credenciada de estabelecimentos comerciais deverá ocorrer entre as empresas gestoras, não há como o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024** prosseguir com essa exigência.

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, impõe-se a **SUSPENSÃO** do certame sob **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024** e a consequente **REFORMULAÇÃO** do presente Edital em conformidade com as razões acima articuladas, para que:

I – seja retificado o **Subitem 3.6 do Termo de Referência**, de modo a permitir que a futura contratada possa livremente praticar taxa de administração junto sua rede credenciada de estabelecimentos comerciais, em atenção a própria natureza dos serviços e em respeito à livre concorrência de mercado; e

II – para que seja excluído o **Subitem 4.1.7 do Termo de Referência** (e demais dispositivos correlatos), de modo que não seja exigido das futuras contratadas a obrigação de disponibilizar a interoperabilidade entre os arranjos de pagamentos aberto e fechado, justamente porque sua

operacionalização no mercado não foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme preconiza o **art. 182-A do DECRETO Nº 10.854/21**.

Outrossim, requer-se seja **REPUBLICADO** um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como forma de prestigiar a lisura do procedimento licitatório promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**.

Termos em que,
Pede-se deferimento.

Saquarema, 30 de agosto de 2024

MELIZA CRISTINA DA
SILVA
MACEDO:05214917627

Assinado de forma digital por
MELIZA CRISTINA DA SILVA
MACEDO:05214917627
Dados: 2024.09.02 09:17:08 -03'00'

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Meliza Cristina da Silva Macedo
Analista Jurídico

Procuração bastante que faz:

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.-

Aos **dez (10)** dias do mês de janeiro, do ano dois mil e vinte e quatro (2024), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj 51, sala 01, onde a chamado vim perante mim, escrevente do 11º Tabelião de Notas desta Capital, compareceu como outorgante: **UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** sociedade limitada unipessoal, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj 51, sala 01 – Jardim Paulistano – CEP 01451-914, inscrita no CNPJ sob nº 02.959.392/0001-46, com seus Atos Constitutivos Consolidados em 18.01.2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 43.106/23-7, neste ato representada, na forma da cláusula 6º, parágrafo 6º do seu Contrato Social, por seu por seu Diretor **THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET**, brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG nº 60.964.760-X-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 229.411.108-79, residente e domiciliado nesta Capital e com endereço profissional acima mencionado, e declara ainda, sob as penas da Lei, que não existe alteração posterior à acima mencionada como se comprova na Ficha Cadastral Simplificada emitida pela mesma Junta Comercial em 03.01.2024, sendo que uma cópia dos atos fica arquivada nestas notas na pasta própria nº 159, sob nº 31723; Os presentes capazes, reconhecidos como os próprios por mim, conforme foi dado verificado pelos documentos apresentados, do que de tudo dou fé; e por ela outorgante como vem representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui como seus bastante procuradores: **ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade, RG nº MG-8.796.587-PC/MG, inscrita no CPF/MF nº 055.089.226-52; **MARCELO SIQUEIRA BENEVIDES**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade, RG nº 92002197903-SSP/CE, inscrito no CPF/MF nº 423.927.303-00; **RODRIGO CAIADO PARONETTO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade, RG nº 6.853.698-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 947.213.606-06; **IGOR LÚCIO GOULART FERREIRA**, brasileiro, solteiro, analista jurídico, portador da Cédula de Identidade, RG nº MG-10.882.552-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 079.552.446-30; **MELIZA CRISTINA DA SILVA**, brasileira, casada, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade, RG nº MG-10.851.225-SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 052.149.176-27; **APARECIDA NUNES DA SILVA**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 19.153.424-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 078.333.598-90; **SULE CAROLINA HENRIQUES MESIAS LEITE FERREIRA DE SOUZA**, brasileira, divorciada, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº

SP1097006094339



003.299.960-SSP/RN, inscrita no CPF/MF nº 946.957.921-68; **DELAMARE DE OLIVEIRA BONFIM**, brasileira, casada, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 8.401.659-SESP/PR, inscrita no CPF/MF nº 049.778.879-99; **DANIELA DE MELO MARTINS**, brasileira, solteira, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 36.592.213-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 417.695.568-69; **KHÉLVIO MARTINS DE PAULA**, brasileiro, casado, consultor de vendas, portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.051.731-PC/MG, inscrito no CPF/MF nº 095.680.466-74; **PATRÍCIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 11.653.258-SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 044.635.006-05; **ROGERO MONTEIRO MEVES**, brasileiro, divorciado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.526.964-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 118.029.128-00; **FERNANDO FERREIRA DAHER**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade RG nº 1049246-SSP/ES, inscrito no CPF/MF nº 027.425.517-92; **POLYANNA HEKVECIO GOMES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, RG 3069716-SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 132.525.577-70; **MERILY CLEY SILVA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 1.641.987-SSP/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 085.321.437-92; **CARLOS FREDERICO THURY BRENHA**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade nº 040277527-IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 024.219.657-80, aos quais conferem os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, para **AGINDO ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO**, representar a Outorgante em licitações em todo território nacional, junto ao órgãos públicos e Sociedade de economia mista, sejam estes municipais, estaduais ou federais, com poderes para tomar qualquer decisão durante as fases do processo, inclusive concordar com todos os seus termos, podendo solicitar edital, credenciar-se perante os órgãos, participar de certame, assistir a abertura de proposta, bem como assiná-las, negociar preços, apresentar novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, formular ofertas e lances verbais nos certames licitatórios/pregões presenciais ou eletrônicos, quando for o caso, declarar intenção de interpor recursos, fazer impugnações, reclamações, protestos, prestar caução, levantá-las, transigir, desistir, assinar declarações e prestar todos os esclarecimentos requeridos pelo pregoeiro, agente da Administração responsável pela condução do certame ou representante da comissão de licitação, apresentar e assinar impugnação e representação contra editais de licitação Pública, reclamações, protestos e recursos, outrossim, a OUTORGANTE, concede aos OUTORGADOS poderes de representação perante pessoas jurídicas de direito público (órgãos Públicos da União, Estados e Municípios, autarquias e demais entidades de

SP1097006094340



11º TABELIÃO DE NOTAS

CIDADE DE São Paulo
COMARCA DE SÃO PAULOLIVRO 6094
PÁGINA 341

Direito Públicos) notadamente Ministério Público e da Ordem Econômica com o SOE, CADE, Procon e similares Tribunais de contas da União e dos Estados: abrangendo obviamente o requerimento de certidões, a vista e a cópia de processos e procedimentos administrativos, podendo os poderes acima descritos serem substabelecidos, com reserva de poderes. A Outorgante confere, ainda, os poderes específicos aos Outorgados MARCELO SIQUEIRA BENEVIDES, ANDRESSA ROCHA CROSARA DOMINGOS, RODRIGO CAIADO PARONETO e PATRÍCIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM, todos acima qualificados, para, em CONJUNTO DE DOIS, assinar contratos de prestação de serviços com órgãos públicos e Sociedade de economia mista, e seus respectivos aditivos. No entanto, este mandato ficará sem efeito com relação a qualquer dos OUTORGADOS, independentemente de qualquer aviso, notificação ou outra formalidade judicial ou extrajudicial, se por qualquer motivo for rescindido o contrato de trabalho do referido OUTORGADO com o OUTORGANTE, a partir da data da referida rescisão.

A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DESTA DATA. E de como assim o disse, dou fé, pediu-me e lhe lavrei este instrumento de procuração, que lhe sendo lido, aceitou, outorgou e assinou.- Ao Tabelião R\$ 359,72 // Ao Estado R\$ 102,24 // À Secretaria da Fazenda R\$ 69,96 // Ao Fundo do Registro Civil R\$ 18,94 // Ao Tribunal de Justiça R\$ 24,68 // À Santa Casa R\$ 3,60 // Ao Ministério Público R\$ 17,26 // Ao Município R\$ 7,68 // Total Escritura R\$ 604,08.- Eu, _____ (Valter Baratti Junior), escrevente notarial, a lavrei.-



THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET

Código do Selo Digital: 1144541PR000194543001P244

R\$ 604,08

SP1097006094341



LIVRO 6094
PÁGINA 342

11º TABELIÃO DE NOTAS
CIDADE DE São Paulo
COMARCA DE SÃO PAULO

SP1097006094342



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 01/07/2024 15:33:08 que o documento de hash (SHA-256)
adbaab12f508e8ba39e1d440b1c532ce5621fab40c8d1a1532139bd56cfc000c foi validado em 01/07/2024 15:30:19 através da transação blockchain
0x96e81e74e6b87c36551c4425de570f87637e1f88c5d29615880de7eedb68e238 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 219580)



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 29/09/2024

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A Dautin Blockchain CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **adbaab12f508e8ba39e1d440b1c532ce5621fab40c8d1a1532139bd56cfc000c** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **219580** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Procuração Pública UP Brasil - 10.01.2025"**, cujo assunto é descrito como **"Procuração Pública UP Brasil - 10.01.2025"**, faz prova de que em **01/07/2024 15:29:26**, o responsável **UP Brasil Administração e Serviços Ltda (02.959.392/0001-46)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de UP Brasil Administração e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **01/07/2024 15:33:24** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x96e81e74e6b87c36551c4425de570f87637e1f88c5d29615880de7eedb68e238**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024 – MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16074/2024

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

A impugnação foi apresentada pela empresa **UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.392/0001-46, recebido por e-mail eletrônico, em 30 de agosto de 2024.

2. DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

A impugnante, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, interpôs impugnação aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/2024, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

I – seja retificado o Subitem 3.6 do Termo de Referência, de modo a permitir que a futura contratada possa livremente praticar taxa de administração junto sua rede credenciada de estabelecimentos comerciais, em atenção a própria natureza dos serviços e em respeito à livre concorrência de mercado; e

II – para que seja excluído o Subitem 4.1.7 do Termo de Referência (e demais dispositivos correlatos), de modo que não seja exigido das futuras contratadas a obrigação de disponibilizar a interoperabilidade entre os arranjos de pagamentos aberto e fechado, justamente porque sua operacionalização no mercado não foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme preconiza o art. 182-A do DECRETO Nº 10.854/21.

Desta forma, a impugnante requer que seja republicado um novo instrumento convocatório com as devidas adequações.



3. DO MÉRITO

Cabe frisar que o presente procedimento é regido pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de impugnação:

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital de Licitação nº 90022/2024, na modalidade Pregão - SRP, na forma Eletrônica, regido pela Lei nº. 14.133/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, apresentado pela empresa UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.392/0001-46.

DA LEGITIMIDADE E ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

Nos termos do caput do Art. 164 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A pessoa impugnante é pessoa jurídica e apresentou peça impugnatória com a comprovação de que a subscritora tem poderes para representá-la legalmente (contrato social e procuração, se procurador).

DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

O item 24.1 do Edital estipula que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. Considerando que o pedido foi



recebido no dia 30/08/2024 e que a sessão pública será realizada em 05/09/2024, é clarividente afirmar que a impugnação ao edital, referente ao Pregão Eletrônico nº 90022/2024, formulado pela impugnante é tempestivo.

DA TEMPESTIVIDADE DA RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Conforme o subitem 24.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, regido pelo parágrafo único, do art. 164, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil ulterior à data da abertura do certame, portanto, a resposta à impugnação é tempestiva.

DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Em suma, a impugnante afirma que o instrumento convocatório é eivado de vício, que pode, de forma clara macular a execução do objeto a ser prestado, conforme transcrição abaixo:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A ora IMPUGNANTE considera que a licitação em referência está pautada em condições excessivas e despropositadas para execução contratual pela futura adjudicatária, além de demandar desmedidos encargos para viabilização do objeto. Os mencionados requisitos do Edital que conflitam com o atual regramento das normas de regência e que maculam a lisura do certame público, estão relacionadas com:

I – a vedação de taxa de administração praticada junto a rede de estabelecimentos comerciais credenciados, prevista no Subitem 3.6 do Termo de Referência; e

II – A interoperabilidade entre os arranjos de pagamentos aberto e fechado, prevista no Subitem 4.1.7 do Termo de Referência.

(...)

A primeira exigência que estaria a prejudicar a competitividade da licitação está relacionada com a vedação de taxa de administração praticada junto a rede de estabelecimentos comerciais credenciados, cerceando, por conseguinte, a livre concorrência e ferindo a dinâmica de mercado com a remuneração incidente, conforme se depreende do Subitem 3.6 do Termo de Referência.

(...)



Com o advento do DECRETO Nº 10.854/21 e da LEI Nº 14.442/2022, que trouxeram inovações e modificações no setor de valesconvênios (que é justamente o objeto do presente credenciamento), uma das alterações promovidas no segmento está relacionada à interoperabilidade entre os arranjos de pagamento aberto e fechado com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais. Com base em indigitadas disposições legais, o instrumento convocatório está justamente exigindo a interoperabilidade entre os arranjos de pagamento, conforme estabelece o Subitem 4.1.7 do Termo de Referência.

(...)

Outrossim, requer-se seja REPUBLICADO um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como forma de prestigiar a lisura do procedimento licitatório promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.

ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

O objeto da presente licitação, ora auxílio alimentação, beneficiará os detentores de cargo efetivo, os estáveis, os comissionados, os agentes políticos e os contratados por prazo determinado, que por meio do cartão eletrônico poderão adquirir gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais localizados no Município de Saquarema.

Preliminarmente, é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa ao interesse público. A Administração Pública determina as especificações do objeto a qual se pretende contratar, de modo a extrair as melhores condições de sua execução para adequar-se as suas finalidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins.

A impugnante alega que “a vedação a cobrança dos estabelecimentos estaria a prejudicar a competitividade da licitação está relacionada com a vedação de taxa de administração praticada junto a rede de estabelecimentos comerciais credenciados, cerceando, por conseguinte, a livre concorrência e ferindo a dinâmica de mercado com a remuneração incidente, conforme se depreende do Subitem 3.6 do Termo de Referência”.

Ocorre que a concessão do auxílio alimentação trata de interesse público, sobressaindo-se sobre o interesse privado, conforme os princípios basilares da Administração Pública que exigem que o interesse da coletividade tenha preferência em relação aquele do



particular, evidenciando a relação vertical existente entre a Administração e os administrados, esse interesse pautou as especificações e exigências contidas no Termo de Referência do certame em questão, conforme estabelecido no art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ressalta-se, ainda, que ao vedar a cobrança da taxa dos estabelecimentos, a Administração optou pela primazia do interesse público, pois os reflexos de médio e longo prazo dessa prática ocasionarão desvantagens e prejuízos ao Município e aos usuários do cartão magnético, uma vez que as empresas administradoras do cartão magnético acabam por repassar o custo dos referidos “descontos” aos estabelecimentos credenciados, o que muitas vezes é feito mediante a cobrança de taxas elevadas.

Asseverou ainda que os estabelecimentos credenciados, visando manter as margens de lucro, repassarão os custos/taxas para os produtos como já aconteceu anteriormente no município e foi de notória repercussão, tendo a chefe do executivo se manifestado publicamente a respeito dos valores abusivos aplicados, de modo que os beneficiários do cartão magnético acabarão adquirindo produtos a custos mais elevados e que a empresa certamente buscará reverter na sua relação com os estabelecimentos credenciados, sendo o custo final repassado ao consumidor final.

Ao vedar a cobrança, a Administração Pública pensou única e exclusivamente no desenvolvimento econômico pois quanto menor a taxa, mais estabelecimentos são credenciados e quando os consumidores compram localmente, mais dinheiro permanece no município, o que pode levar a um aumento do investimento e do desenvolvimento econômico local, conforme justificado no item 3.6 do Termo de Referência (Anexo I do Edital):

3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação.



Posteriormente, a impugnante alega que “caso fosse permitida pelo Edital a convenção de taxa de administração na rede credenciada, as licitantes teriam maior flexibilidade na composição dos custos envolvidos para ofertarem menores preços em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, o que inegavelmente fomentaria a disputa do certame com economicidade para a própria Administração Pública.”

O item 3.9.3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) dispõe:

3.9.3. O VALOR GLOBAL MÁXIMO de taxa de administração anual por benefício que a Administração está disposta a pagar é de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), que equivale a 5,0% (cinco por cento) do valor global do benefício anual como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, que será demonstrado conforme quadro abaixo.

| QUADRO IV - PLANILHA DE CUSTOS SOBRE O VALOR GLOBAL ANUAL BENEFÍCIO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | | | | |
|--|---|---|---|---|
| Vlr. Mensal do Auxílio Alimentação | Vlr. Anual do Auxílio Alimentação | Taxa máxima de Administração em porcentagem | Vlr. Mensal da Taxa máxima de Administração | Vlr. Global Anual x Taxa de Administração máxima |
| R\$ 650,00 | R\$ 7.800,00 | 5,0% | R\$ 32,50 | R\$ 390,00 |

Administração tem ciência dos valores a serem pagos e se dispôs a arcar integralmente com o custo da contratação, tendo como prerrogativa a defesa dos interesses coletivos, a eficácia na finalidade da concessão do benefício e o fomento econômico local.

Isto posto, ressalta-se que a Administração não pretende interferir arbitrariamente na relação contratual, tampouco deixou de considerar a remuneração da futura contratada, tanto que se dispôs a arcar integralmente com o custo da contratação, estando disposta a pagar a taxa de administração anual no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), que equivale a 5,0% (cinco por cento) do valor global do benefício. Desta forma, considerando o princípio da razoabilidade, limitar a cobrança dos estabelecimentos, evita surpresas e elevação dos custos que muitas vezes podem ser exorbitantes para os fornecedores e atende o interesse da Administração Pública.

À luz das considerações acima, verifica-se que a vedação da cobrança da taxa de administração entre a gerenciadora e os estabelecimentos credenciados se faz necessária considerando o objeto da presente contratação, pois limita a cobrança de taxas exorbitantes dos estabelecimentos, fomenta a economia do município de Saquarema/RJ e atende de forma eficaz a finalidade da concessão do benefício, permitindo o credenciamento de mais estabelecimentos,



uma vez que elevadas taxas inviabilizam a participação de muitas empresas, em especial as de pequeno porte (ME e EPP), bem como beneficia os usuários finais do cartão, e, por consequência, a administração pública, que de forma indireta paga essa conta.

Por fim, a impugnante solicita que “seja excluído o Subitem 4.1.7 do Termo de Referência (e demais dispositivos correlatos), de modo que não seja exigido das futuras contratadas a obrigação de disponibilizar a interoperabilidade entre os arranjos de pagamentos aberto e fechado, justamente porque sua 10 operacionalização no mercado não foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme preconiza o art. 182-A do DECRETO Nº 10.854/21.”

A respeito da matéria, cumpre informar que o município de Saquarema possui regulamentação própria que autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio-alimentação ao servidor público (Lei nº 1.740/2018 e Lei nº 2.422/2023), que se encontram em anexo do Termo de Referência do presente Edital. Portanto, não há o que se falar em exclusão Subitem 4.1.7 do Termo de Referência pela não regulamentação.

Diante das considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Portanto, o edital mantém-se inalterado e o certame ocorrerá normalmente na data e horário inicialmente divulgados.

Saquarema, 03 de setembro de 2024.

Elaborado por:



Guilherme Castro
Pregoeiro
Matrícula: 8109-1

De acordo:



Hailson Alves Ramalho
Secretário Municipal de Administração,
Receita e Tributação